

Diário do Legislativo de 01/06/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ATAS

2.1 - Parte Interrompida da 35ª Reunião Ordinária

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.730/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Ivo José, a vigorar a partir de 1º/6/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.639, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15

Motorista - 4 horas	AL-10
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.731/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Wanderley Ávila, a vigorar a partir 1º/6/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.605, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo - 8 horas	AL-34
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8	AL-03

horas

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.732/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sebastião Navarro Vieira, a vigorar a partir de 1º/6/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.673, de 3/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Supervisor de Gabinete I - 4 horas	AL-26
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 4 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 4 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.733/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Marco Régis, a vigorar a partir 1º/6/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.594, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 4 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 4 horas	AL-36
Auxiliar Técnico Executivo - 4 horas	AL-34
Supervisor de Gabinete - 4 horas	AL-25
Assistente de Gabinete II - 4 horas	AL-25
Assistente de Gabinete II - 4 horas	AL-25
Assistente de Gabinete II - 4 horas	AL-25
Assistente de Gabinete II - 4 horas	AL-25
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.736/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria, a vigorar a partir 1º/6/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.587, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Técnico Executivo de Gabinete - 4 horas	AL-39
Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26

Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.737/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior, a vigorar a partir de 1º/6/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.704, de 23/3/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Técnico Executivo de Gabinete I - 8 horas	AL-40
Supervisor de Gabinete - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete II - 4 horas	AL-25
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10

Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 4 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.738/99

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Chico Rafael, a vigorar a partir de 1º/6/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.689, de 3/3/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11

Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA PARTE INTERROMPIDA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/5/99

Presidência dos Deputados José Braga e Dilzon Melo

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da reunião - Registro de Presença - Palavras da Deputada Maria Tereza Lara - Palavras da Sra. Marta Elizabete de Souza - Palavras da Sra. Maria do Rosário Lopes - Palavras do Sr. Geraldo Francisco - Palavras do Sr. João Batista Magro - Palavras do Sr. Presidente.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. João Batista Magro, Superintendente da FHEMIG, representando o Governador do Estado; Marta Elizabete de Souza, representante do Fórum Mineiro de Saúde Mental; Maria do Rosário Lopes, Presidente da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais - ASUSSAM -; Geraldo Francisco, Conselheiro Fiscal da ASUSSAM; e a Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que deu origem a esta comemoração.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Destina-se esta reunião à comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, a requerimento da Deputada Maria Tereza Lara.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença em Plenário da Sra. Sandra Kruehl, Coordenadora da Saúde Mental, representando o Secretário Municipal da Saúde; e do Sr. José Geraldo Leite, Diretor de Operações, representando a BELOTUR.

Palavras da Deputada Maria Tereza Lara

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que suscitou esta solenidade.

A Deputada Maria Tereza Lara - Exmos. Srs. Deputado José Braga, representando o Presidente, Deputado Anderson Aduino; João Batista Magro, Superintendente-Geral da FHEMIG, representando o Governador Itamar Franco; Marta Elizabete de Souza, representante do Fórum Mineiro de Saúde Mental; Maria do Rosário Lopes, Presidente da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais - ASUSSAM; Geraldo Francisco, Conselheiro Fiscal da ASUSSAM; Sras. e Srs. Deputados, lideranças presentes e policiais militares excluídos da corporação, que se encontram nas galerias; há 20 anos, a assistência aos portadores de sofrimento mental no Brasil restringia-se à internação em hospitais psiquiátricos públicos e privados, sendo que o setor privado detinha, e ainda detém, a maior parte dos leitos, configurando, dessa forma, a chamada indústria da loucura.

Assistência precária, desrespeito e violação dos direitos humanos dos pacientes, mortes, abandono e violência eram os elementos comuns em tal realidade.

Há exatamente 20 anos, Minas recebia a visita de Franco Basaglia. Psiquiatra italiano, condutor da reforma psiquiátrica em seu país, Basaglia, perplexo, comparou nossos hospícios aos campos de concentração da Europa, em função da situação em que se encontravam os internos.

O filme do cineasta mineiro Helvécio Rattón "Em Nome da Razão" e a série de reportagens do jornalista Hiram Firmino "Nos Porões da Loucura", publicadas em 1979, são provas documentais de uma realidade que não pode ser ignorada e que deve sempre nos causar indignação.

Esses documentos não deixavam dúvidas: a ciência da loucura era sinônimo de violência e desumanidade. Nada havia de científico na brutalização e no desrespeito. Os hospícios estavam cheios de pessoas abandonadas, maltratadas e animalizadas.

De lá para cá, algumas mudanças, felizmente, se operaram.

A primeira delas tratou de introduzir, e não sem dificuldades, garantias de respeito à humanidade dos pacientes. Tratou-se de reformar as instituições psiquiátricas: acabar com as celas fortes, com as camisas-de-força, com os eletrochoques abusivos, com as famigeradas lobotomias e outros signos da violência institucional.

Tive oportunidade, quando criança, de ver de perto um familiar, próximo a mim, ser internado em hospitais psiquiátricos. A família, realmente, ficou extremamente traumatizada por muitos anos.

O Brasil assina, em 1990, uma declaração de compromisso (Declaração de Caracas) juntamente com outros países, na qual se compromete a respeitar os direitos humanos dos loucos e a reestruturar a atenção psiquiátrica pública.

Avança o poder público, e avança ainda mais o movimento social.

A Luta Antimanicomial, movimento de constituição singular, que tivemos oportunidade de ver nas ruas de Belo Horizonte, de Betim e de outras cidades, neste 18 de maio, representada por portadores de sofrimento mental, seus familiares e lideranças, define o seu norte: uma sociedade sem manicômios. Os técnicos, os usuários e seus familiares, militantes desse movimento, passam a construir estratégias para dar corpo a essa utopia.

Entra em tramitação no Congresso Nacional, em 1989, o Projeto Paulo Delgado. Posteriormente, alguns Estados dão início à tramitação e à aprovação de projetos de lei de reforma psiquiátrica.

Minas, após anos de debates e negociações, aprova sua lei: Lei nº 11.802, a famosa Lei Carlão. Aprovada por unanimidade por esta Casa, ela sofreu ataques e golpes, os quais, graças à articulação que lhe deu origem, o movimento social conseguiu superar.

Hoje, o Estado de Minas Gerais dispõe de experiências que não deixam dúvidas quanto à possibilidade real de superação do manicômio.

Belo Horizonte, Betim, João Monlevade, Brumadinho, Itaúna, Itabira, Divinópolis e Ouro Preto dão testemunho de uma prática que não dissocia a técnica da ética, evidenciando que tratamento pode e deve ser conjugado com respeito à cidadania.

Em Betim, por exemplo, em 1992, havia 52 internações por mês no Hospital Galba Veloso e 600 por ano. Em 1998, esse número caiu para 14 internações ao ano, devido à criação de três centros de referência de saúde mental e do hospital-dia, que mudaram a forma de lidar com os portadores de sofrimento mental no município, desde 1973, nos dois governos democráticos populares.

Outros municípios lhes seguem o exemplo: Pará de Minas, Araçuaí, Ponte Nova, Uberlândia iniciam a construção de seus projetos.

Ainda assim, uma triste realidade persiste: são 18 mil pacientes crônicos nos hospitais psiquiátricos brasileiros.

Em São Paulo, a CBN computou, recentemente, 30 mil internos, sendo que 15 mil já poderiam sair dos manicômios, mas lá estão. São pessoas para as quais o hospital psiquiátrico é também a sua casa, demonstração inequívoca do abandono e da dívida social do Estado brasileiro para com elas. Restam, ainda, 63 mil leitos psiquiátricos em todo o País, imenso parque manicomial, concentrado de forma predominante no setor que lucra com a saúde neste País: o setor privado contratado. São 211 hospitais contratados e 45 hospitais do Estado. Minas Gerais não foge à regra. Também aqui temos um enorme parque manicomial. Belo Horizonte, Barbacena e Juiz de Fora ficaram conhecidas como o "corredor da loucura". Das três cidades, apenas Belo Horizonte investiu na mudança desse quadro. Juiz de Fora e Barbacena permanecem, praticamente, intocadas. Ou seja, o nosso expressivo parque manicomial, consumidor de 70% dos recursos públicos, continua a ser o centro da assistência que o Estado mineiro oferece aos seus loucos. Em Barbacena são seis hospitais, sendo apenas um público. Em Juiz de Fora, também são seis, todos privados. Nessa terça-feira, a Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia visitou a PSICOMINAS e a Pinel. Pudemos constatar que havia 18 pacientes com alta, há um, dois, três e até cinco anos, ainda confinados nos hospitais, sendo que outros pacientes agudos aguardam tratamento e não conseguem vaga. Pudemos perceber, também, a necessidade da extinção do sistema manicomial, para o tratamento em SERSANs e hospitais-dias, o que é realmente humanizado e eficiente para o acompanhamento dos portadores de sofrimento mental. Mesmo tendo sido aprovada uma lei de reforma psiquiátrica, do Carlão e, depois, do Hely Tarquínio, o Estado mineiro ainda não ousou implantar essa legítima e vigorosa lei. O texto ainda adormece nas gavetas governamentais, sendo de fundamental importância para o segmento que foi excluído do banquete dos cidadãos - os loucos.

Estamos, neste Governo do Itamar Franco, com muita esperança. Essa esperança, hoje, cresce com a presença do Sr. João Batista Magro, Presidente da FHEMIG, representando o Governador. Isso significa que, realmente, há uma abertura e um desejo de que a saúde possa dar passos largos.

O 18 de maio - Dia Nacional da Luta Antimanicomial - convoca-nos a reassumir, com o Movimento da Luta Antimanicomial, o Fórum Mineiro de Saúde Mental e a ASUSSAM, o compromisso firmado em janeiro de 1995, qual seja, fazer cumprir a Lei nº 11.802, Lei Carlão, aprovada nesta Casa.

Há também outras leis sobre o mesmo assunto, que aqui foram aprovadas, como já dissemos. Gostaríamos de deixar pública a nossa esperança. Sabemos que o Movimento da Luta Antimanicomial é organizado. Como dissemos, vimos, nesta Capital, nesta semana, a presença de pessoas do Estado inteiro, usuários do serviço de saúde mental, familiares e lideranças. Então, o movimento organizado sempre foi um ponto forte de afirmação de que poderemos dar passos largos, em respeito, ou garantindo os direitos do cidadão, sobretudo no caso da saúde em geral e da saúde mental. Mais uma vez, afirmamos a nossa esperança de que o Governo Estadual, juntamente com os Governos Municipais, e, sobretudo, com o Governo Federal, possa investir recursos e possa priorizar a saúde neste País. Finalmente, gostaríamos de dizer que esperamos que este dia seja um marco, não apenas de uma comemoração, mas de passos concretos no alcance desses objetivos. Encerrando, gostaríamos de mencionar o nome do Sr. Ronaldo Zenha, do Conselho Regional de Psicologia. A Prefeita de Araçuaí está presente? Não? Agradecemos, mais uma vez, a presença de todas as lideranças, de nossos convidados, de modo especial, e do representante do Governador Itamar Franco. Muito obrigada.

Que possamos continuar juntos nesta luta, somando todas as lutas sociais do nosso Estado. Não poderíamos deixar de mencionar as praças presentes, excluídas da Polícia Militar. Este, também, é um momento de caminhada no sentido de respeitar os direitos humanos. Que possamos somar forças com essas praças para, no tempo mais breve possível, solucionarmos esse grave problema. São muitas as famílias que podem ter problemas nessa área de sofrimento mental, caso seus direitos de cidadania não sejam respeitados.

Palavras da Sra. Marta Elizabete de Souza

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Marta Elizabete de Souza, representando o Fórum Mineiro de Saúde Mental, a qual disporá de até 15 minutos para seu pronunciamento.

A Sra. Marta Elizabete de Souza - Boa tarde, senhoras e senhores; Deputado José Braga, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Presidente, Deputado Anderson Aduato; Exmo. Sr. João Batista Magro, Superintendente-Geral da FHEMIG, representando o Governo do Estado; Sra. Maria do Rosário Lopes, Presidente da ASUSSAM; Sr. Geraldo Francisco, Conselheiro Fiscal da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental. Especialmente, agradecemos à Deputada Maria Tereza Lara, autora deste requerimento. É com muita alegria que o Fórum Mineiro de Saúde Mental e a ASUSSAM vêm a esta Casa manifestar-se com relação à comemoração do dia 18 de maio - Dia Nacional de Luta Antimanicomial.

Enquanto movimento social, o Movimento da Luta Antimanicomial sempre esteve atuando para que as mais elementares reivindicações dos portadores de sofrimento mental pudessem ser transformadas em lei, havendo assim o seu conseqüente cumprimento pela sociedade.

A conquista do Movimento da Luta Antimanicomial pela aprovação da Lei nº 11.802, sancionada pelo Governador da época, em 18/1/95, mostrou para o parlamento, para o próprio movimento e, principalmente, para o povo mineiro que os grupos sociais organizados com projetos claros são capazes de propor saídas democráticas e produtivas para impasses sociais, que, muitas vezes, levam ao sentimento de impotência e à acomodação dos diversos segmentos da sociedade.

Não devemos nos esquecer da trajetória política e do trabalho realizado nesta Casa em relação ao projeto de lei sobre saúde mental, atual Lei nº 11.802. Foram inúmeras audiências com Deputados, visando a sensibilizá-los, audiências públicas, visitas às instituições psiquiátricas e, finalmente, um grande trabalho de discussão com o Poder Executivo para que finalmente fosse aprovado o projeto de lei, que entrou nesta Casa em 1991, foi aprovado no final de 1994 e virou lei em janeiro de 1995. Foram cinco anos de muita luta. Ficamos felizes com a aprovação da lei, pensamos que um novo cenário político se instalaria e chegamos a acreditar que o Estado faria cumprir uma lei que o próprio Governo sancionou - doce ilusão!

Em muito pouco tempo, o Sr. Rafael Guerra, Secretário da Saúde, mostrou sua quase total indisponibilidade com relação a essa lei. Depois de muita pressão, conseguimos que a Comissão de Regulamentação da Lei fosse constituída e pudesse funcionar. Terminados os trabalhos da Comissão, o Secretário da Saúde não encaminhou a minuta de

regulamentação da lei, e, no final de 1995, o Deputado Hely Tarquínio, do mesmo partido do Governador e do então Secretário da Saúde, apresentou um projeto de lei que se contrapunha totalmente à lei aprovada.

Mais uma vez, o Movimento da Luta Antimanicomial, num grande esforço coletivo, conseguiu, depois de inúmeras negociações, deter a tramitação desse projeto de lei.

Atualmente, temos uma lei que precisa ser regulamentada com urgência. Temos feito gestões junto ao Governo Estadual para que isso se efetue. É inadmissível que o Estado de Minas Gerais, pioneiro em lutas pela conquista da liberdade e da cidadania, não avance numa conquista de tamanha importância.

Lembramos, ainda, a manifestação realizada no último dia 18 de maio, quando mais de 1.200 usuários e familiares de vários municípios do interior do Estado compareceram à Avenida Afonso Pena, a fim de dar o testemunho de que é possível conviver com a diferença e que o lugar do louco é na circulação social, dentro da cidade, e não no hospício. Este ano, prestamos homenagem ao Dr. César Rodrigues Campos, psiquiatra, ex-Secretário Municipal da Saúde de Belo Horizonte, falecido em março deste ano. Um dos pioneiros do Movimento da Luta Antimanicomial em Minas e no Brasil, Dr. César sempre acreditou, defendeu e ensinou-nos a acreditar e a lutar pela utopia ativa de uma sociedade sem manicômio.

Srs. Deputados, o Fórum Mineiro de Saúde Mental vem, mais uma vez, convidar os representantes do povo para somar-se à nossa luta: possibilitar àqueles, cujo poder contratual tem sido quase nulo ao longo da história, a oportunidade de ampliar esse contrato, por meio da garantia à assistência, acesso à moradia, ao trabalho e o respeito à diferença. Afinal, uma sociedade só pode ser democrática quando os valores humanos, como a dignidade, a solidariedade e o reconhecimento de diferenças, fazem-se respeitar. Somem-se ao Movimento Antimanicomial na persistência desta luta! Não nos esqueçamos nunca de que o primeiro compromisso desse movimento é o compromisso com a liberdade. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Maria do Rosário Lopes

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Maria do Rosário Lopes, Presidente da ASUSSAM, que dispõe de 15 minutos para seu pronunciamento.

A Sra. Maria do Rosário Lopes - Boa tarde a todos, boa tarde aos Deputados e Deputadas. Exmos. Srs. Deputado José Braga; João Batista, Superintendente-Geral da FHEMIG, representando o Governador do Estado, Itamar Franco; Maria Elizabete de Souza, do Fórum Mineiro de Saúde Mental; Geraldo Francisco; sou Presidente da ASUSSAM e estou aqui para falar sobre essa luta antimanicomial, pela qual estamos lutando há tanto tempo, a fim de que haja melhoria nos serviços, que estão um verdadeiro caos. Portanto, neste 18 de maio, estamos fazendo esta manifestação linda e maravilhosa. Mas tudo isso não pode ficar apenas no papel, precisamos lutar, a fim de que os serviços possam melhorar cada dia mais, não apenas na ASUSSAM, mas também em outros centros de convivência. Devemos lutar para que a nossa lei possa ser regulamentada.

A lei não pode ser engavetada; ela tem de ser regulamentada e tem de se fazer valer. No entanto, pude constatar, nos hospitais psiquiátricos, que ainda há pessoas trancafiadas. Não é assim; não é por aí. Precisamos criar novos tipos de serviço e, principalmente, garantir as pensões dos protegidos. Isso é muito importante para conseguirmos levar essas pessoas para o convívio na sociedade. Hoje em dia é muito importante estarmos convivendo com a sociedade, exercendo a cidadania. As pessoas não precisam ficar em um manicômio; elas têm muitas oportunidades de viver em sociedade, de criar seu próprio estilo e sua auto-avaliação. O louco não é aquele considerado como gênero. O louco tem, sim, o prazer de estar trabalhando e produzindo e o prazer de ser alguém. Não queremos que ele fique trancado no hospital, jogado por lá. Não é isso o que queremos. Queremos a luta antimanicomial, sim. Queremos essa luta, com muito prazer, muita honra e dignidade. Que isso possa valer para que possamos dinamizar a luta e para que ela continue por muitos e muitos anos. O Movimento da Luta Antimanicomial já existe há 11 anos, e queremos que essa luta se propague por mais tempo e com mais avanços, nas categorias de usuários e técnicos; que todos possamos ter mais habilidades. Muito obrigada. Era isso o que tinha a dizer.

Palavras do Sr. Geraldo Francisco

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Geraldo Francisco, Conselheiro Fiscal da ASUSSAM, que disporá de até 15 minutos para seu pronunciamento.

O Sr. Geraldo Francisco - Senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento as autoridades presentes, as quais vou citar nominalmente, para que vocês possam saber com quem estou falando: Exmos. Srs. Deputado José Braga, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, representando o Presidente, Deputado Anderson Aduato; João Batista Magro, Superintendente-Geral da FHEMIG, representando o Governador do Estado; Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que deu origem a esta reunião; e outros, que porventura tenha-me esquecido de citar. De qualquer forma, muito obrigado pela oportunidade que estão-me dando, de estar aqui, fazendo esse manifesto, que é de suma importância para nós, do Movimento.

Quero fazer um reparo: disseram que sou do Conselho Fiscal da SERSAM. Não sou do Conselho Fiscal, mas Vice-Presidente da Associação e represento os usuários do Serviço de Saúde Mental, em Brasília, na Comissão de Reforma Psiquiátrica. Estou aqui, neste momento, fazendo uma representação, não só de Minas, mas do Brasil. Queremos dizer que esses serviços, que estão em lei, - alguns dos quais já foram abertos por municípios, como os SERSAMs e os Centros de Convivência -, são bons tratamentos para o doente mental. Eu e a Maria do Rosário somos usuários do sistema e podemos garantir que ele tem de vingar. As leis que estão sendo feitas realmente têm de vigorar. Os Deputados e os políticos devem aliar-se a nós para que possamos fazer um trabalho em conjunto - um trabalho que, juntos, poderemos fazer melhor -, porque, se houver boa-vontade da parte política, creio que o Executivo fará as obras de que precisamos para a implementação do nosso serviço.

Queremos que nosso serviço seja aumentado com centro de convivência, lar dos desabrigados, pessoas desprotegidas, "desospitalização" de usuários e atendimento a doentes crônicos em hospitais, sem vínculo com a família, porque é dever do Estado bancar essas pessoas. Então, o Estado tem uma responsabilidade enorme com essas pessoas e as suas vidas, porque o doente mental também tem vida.

A sociedade, às vezes, pensa que a pessoa que tem problema mental tem de ser alijada do processo produtivo, de todo o processo da sociedade. Mas, não. Vamos buscar a reinserção. Considero-me um jovem que adoeceu aos 25 anos, mas que está inserido socialmente. É preciso fazer mudanças radicais nas leis do nosso País, para que a minha militância e a de outros usuários que estão conosco possa realmente ser reconhecida, para que possamos ser reconhecidos como cidadãos de fato e de direito, porque, às vezes, somos cidadãos de fato, mas não de direito, porque o Código Penal e o Código Civil colocam que são incapazes todos os doentes mentais, de todos os gêneros, loucos. Mas não é por aí, podemos passar pela loucura e dela sair. A loucura saiu à rua no dia 18 de maio e estava organizada. Se organizarmos a loucura dentro daquilo que é preciso fazer, vamos organizar nosso País. Por quê? Costumo dizer ao pessoal que só um louco faria a reforma agrária num País como este. Estamos aqui, agora, exercendo a nossa cidadania juntamente com os Deputados, junto com vocês, mostrando que somos capazes. Tive problema, tenho problema, mas sou capaz de superá-lo com a ajuda de grandes técnicos e de outras pessoas. Muito obrigado.

Palavras do Sr. João Batista Magro

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Exmo. Sr. João Batista Magro, DD, Superintendente-Geral da FHEMIG, representando, neste ato, o Sr. Governador Itamar Franco.

O Sr. João Batista Magro - Exmo. Sr. Deputado José Braga, em cujo nome saúdo todos os membros da Mesa, Deputada Maria Tereza Lara, companheiros da luta antimanicomial, Srs. Deputados, é uma honra para mim poder dirigir-me aos senhores, representando o Sr. Governador do Estado. Ele me pediu que trouxesse, de forma clara, a sua posição absolutamente favorável a que o sistema de saúde pública de Minas Gerais seja profundamente modificado. A preocupação do Governador e das autoridades de saúde, hoje, deste Estado é que possa ser iniciada uma verdadeira revolução, não só em nível da saúde mental, como em nível da saúde pública, como um todo.

Em particular, é para mim, especialmente, honroso estar aqui, porque em 1979 eu presidia a Associação Mineira de Saúde Mental e tive a honra de debater com Franco Basaglia, na época, quando ele aqui esteve mostrando-nos a necessidade de modificar o que aqui existia. Tive a honra, também, de publicar um texto a respeito do hospital de Barbacena, ocasião em que pude constatar, em 1979, os grandes problemas que lá existiam. Acho que o nosso sonho - que os pacientes possam ter a própria voz - está se realizando neste momento. É um grande sonho que transcende não só a área de saúde mental, conforme recentemente tive oportunidade de discutir com a Deputada Maria Tereza Lara, mas é um sonho também para que essa luta seja expandida aos pacientes portadores de hanseníase, que hoje estão confinados, em colônias que precisam ser transformadas de imediato.

Penso que o movimento dos senhores, da luta antimanicomial, deveria procurar se somar também ao movimento dos hansenianos, para que esses movimentos se expandam pelo

Estado e para que possamos ter uma participação cada vez maior dos usuários, numa transformação clara e profunda para um novo sistema de saúde em nosso País. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

O problema da saúde pública continua a ser um dos maiores desafios e uma das mais absolutas prioridades com que se defronta o povo brasileiro.

Na verdade, nossos padrões de saúde - embora já tenhamos feito grandes progressos - longe estão do desejável e do legitimamente exigível pela população brasileira. As endemias e as epidemias - em parte fruto da crônica carência de recursos financeiros - continuam a assolar muitas das nossas regiões. A taxa de natalidade, ainda que crescente, prossegue baixa para os tempos atuais, enquanto nossa expectativa de vida se mantém inferior àquela dos países desenvolvidos. Esse quadro sobre nossa saúde física não pode, no entanto, ser encarado de forma totalmente negativa. Se os progressos registrados parecem modestos, há que se considerar que o Brasil é país de dimensões continentais; em consequência, a amplitude dos seus problemas não é menor.

Do mesmo prisma, devemos encarar o problema da saúde mental de nossos cidadãos: conquanto muito ainda se encontre por fazer, já progredimos bastante no tratamento daqueles que, outrora, eram chamados de alienados, em virtude da reclusão a que eram submetidos.

É exatamente em função dessa interdição imposta aos doentes mentais por longos anos que se estão assinalando avanços no setor. Hoje, o sistema manicomial encontra generalizada rejeição, procurando-se integrar o enfermo no convívio da sociedade, como forma de terapia. Assim, a presente comemoração do Dia Nacional da Luta Antimanicomial se reveste de grande importância.

A iniciativa do encontro partiu da ilustre colega Deputada Maria Tereza Lara, e estão nos prestigiando com seu comparecimento representantes das entidades ligadas ao setor, tais como o Fórum Mineiro de Saúde Mental, a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais, os órgãos públicos competentes e todos aqueles que se empenham na recuperação do doente mental.

Terminar com o sistema dos manicômios é o objetivo esclarecido e oportuno a que todos nos propomos. Não podemos esquecer, aliás, que, ao fazermos-lo, estamos restituindo a cidadania a milhares de brasileiros a quem ela estava sendo negada. Ocorre que esta Assembléia, como casa do povo, tem-se notabilizado na defesa incondicional dessa mesma cidadania. Não poderíamos, assim, omitir-nos.

Cumprimentamos, em nome do Legislativo mineiro, todos os que labutam pela causa, reafirmando o propósito deste parlamento de com ela colaborar. Muito obrigado.

A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades, aos representantes das diversas entidades e aos demais convidados, bem como ao público, pela honrosa presença.

ATA DA 11ª REUNIÃO Ordinária da comissão de trabalho, da previdência e da ação social

Às dez horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Christiano Canêdo e Luiz Menezes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e inscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente procede à leitura da seguinte correspondência: do Sr. Paulo César Nunes Bastos, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social da Cidade de Dionísio, em que solicita seja feito estudo cuidadoso do Projeto de Lei nº 112/99; do Sr. João Manoel de Carvalho Neto, Diretor de Recursos Humanos e Administração da ACESITA, em resposta a ofício da Comissão referente a denúncia contra atos da PMMG; do Sindicato dos Empregados em estabelecimentos de Serviços de Saúde de Belo Horizonte - SINDEESS - e do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde - SINDISAÚDE -, encaminhando denúncia e solicitando sejam tomadas as providências cabíveis. Após, o Presidente informa que o Deputado Amílcar Martins foi designado relator do Projeto de Lei nº 240/99. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Luiz Menezes emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 191/99, no 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e a votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, os Projetos de Lei nºs 124/99 (relator: Deputado Amílcar Martins), 163/99 (relator: Deputado Ronaldo Canabrava) e 145/99, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Christiano Canêdo), os quais são aprovados. Prosseguindo, submete a votação os Requerimentos nºs 284 e 294/99, os quais são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Ivo José transfere a Presidência ao Deputado Christiano Canêdo e apresenta requerimento em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão no Município de Raul Soares, a fim de se discutirem os efeitos da construção de uma usina hidroelétrica. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José coloca em discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 55, 62, 79, 82, 86 e 87/99, os quais são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 1999.

Ivo José, Presidente - Luiz Menezes - Christiano Canêdo - Ronaldo Canabrava.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é inscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à leitura da seguinte correspondência: da Sra. Raimunda, em que solicita ajuda desta Comissão no processo de Paulo Ubaldo de Oliveira, condenado a oito anos e nove meses de reclusão; convite da Associação dos Usuários e Familiares dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais aos membros da Comissão para participarem das comemorações do Dia Nacional da Luta Antimanicomial; carta do Movimento Tortura Nunca Mais de Minas Gerais, em que há manifestação desse movimento com relação às notícias sobre o Deputado Sargento Rodrigues, veiculadas no jornal "O Tempo" nos dias 4 e 6 de maio deste ano, e solicitam providências da Comissão; ofício do Cel. PM Valdelino Leite da Cunha, Subchefe do Estado-Maior, conforme publicação no "Diário do Legislativo" em 13/5/99; carta do Deputado Irani Barbosa, em que encaminha cópia de moção de repúdio dos Vereadores da Câmara Municipal de Vespasiano, que solicitam providências desta Comissão com relação ao fato ocorrido com o Vereador Giestas Paranhos. Em seguida, passa-se à fase de designação de relator. O Presidente designa o Deputado Marcelo Gonçalves relator do Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia. Ato contínuo, passa-se à fase de discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia: Projeto de Lei nº 57/99, em 1º turno, relatora: Deputada Maria Tereza Lara - parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 apresentado - aprovado; Projeto de Lei nº 69/99, em 1º turno, relatora: Deputada Maria Tereza Lara - parecer pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 apresentada - aprovado; Projeto de Lei nº 177/99, em 1º turno. Na ausência do relator, Deputado Sargento Rodrigues, é redistribuída a matéria ao Deputado Marcelo Gonçalves, que emite parecer pela aprovação do projeto em sua forma original - aprovado. Em seguida, passa-se à fase de discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia. Sobre a mesa, o Requerimento nº 278/99, do Deputado João Batista de Oliveira, o qual é aprovado. A seguir, passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados sete requerimentos: do Deputado Durval Ângelo, em que solicita a apuração de denúncias sobre atos de violência praticados por José Mário. Neste momento, o Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Marcelo Gonçalves e apresenta três requerimentos, em que solicita: laudo referente à ação policial para desocupação de terreno dos sem-casas em Betim; audiência pública para discutir a situação do atendimento aos pacientes dos Hospitais Pinel e Psicominas; seja encaminhado ofício à TELEMAR pedindo os esclarecimentos que menciona. A seguir, a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado João Leite apresentam requerimento solicitando reembolso de passagem aérea para Brasília. O Deputado João Leite retoma a direção dos trabalhos. A Deputada Maria Tereza Lara apresenta dois requerimentos, em que pede visita ao Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, de Barbacena, para verificar a condição dos pacientes desse hospital, e informações à direção do manicômio judiciário de Barbacena sobre o paciente Ronaldo de Paula Nunes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1999.

João Leite, Presidente - Marcelo Gonçalves - Maria Tereza Lara.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Andrade, Amílcar Martins, Chico Rafael e Eduardo Daladier, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Amílcar Martins, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é ouvir os Srs. João Heraldo Lima, ex-Secretário da Fazenda, e Luiz Antônio Athayde, ex-Presidente da MGI S.A., a quem convida a tomar assento à mesa dos trabalhos. Inicialmente é passada a palavra ao Sr. João Heraldo Lima, que faz sua exposição e, em seguida, é questionado pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Andrade, Amílcar Martins, Eduardo Daladier e Chico Rafael. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Sr. Luiz Antônio Athayde, que faz suas considerações iniciais e, em seguida, é questionado pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Antônio Andrade. Devido ao fato de o prazo regimental da reunião estar se esgotando, o Presidente, de ofício, a prorroga por mais 2 horas. Dando continuidade aos questionamentos, fazem perguntas ao Sr. Luiz Antônio Athayde os Deputados Chico Rafael e Amílcar Martins. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Amílcar Martins apresenta requerimento, solicitando que a jornalista Kátia Lage seja ouvida por esta Comissão. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação e a colaboração dos Srs. João Heraldo Lima e Luiz Antônio Athayde, pelos subsídios fornecidos aos trabalhos da Comissão, agradece a presença dos parlamentares e, devido à impossibilidade do comparecimento do Deputado Federal Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, desconvoca os membros da Comissão para a reunião ordinária do dia 19/5/99 e os convida para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 25, às 14h30min, no Auditório desta Casa; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 1999.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Bilac Pinto - Amílcar Martins - Chico Rafael - Antônio Andrade - Eduardo Daladier.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CPI DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO

Às nove horas do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Câmara Municipal de Juiz de Fora os Deputados João Leite, Alberto Bejani, Ivo José, Christiano Canêdo e José Alves Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Christiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Delegado Elder Gonçalves Monteiro D'Ángelo, a Sra. Catarina de Sena Barros da Silva e os Srs. Francisco de Assis e Geraldo Campos Filho. São ouvidos os depoentes, cada um por sua vez, a quem são prestados os esclarecimentos sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito. Cada depoente é devidamente qualificado e questionado pelos membros da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Em seguida, passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. São aprovados os requerimentos do Deputado Ivo José, solicitando seja oficiado: à Secretaria da Segurança Pública pedido de informações sobre a vida funcional do detetive Francisco de Assis, Masp 294.550, demitido do serviço público, por abandono do cargo; ao Detran-MG pedido da pauta do motorista Geraldo Campos Filho, habilitado na cidade de Juiz de Fora, carteira nº 007986212, expedida em 2/9/97. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 1999.

João Leite, Presidente - Ivo José - Christiano Canêdo - José Alves Viana - Alberto Bejani.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às dez horas e dez minutos do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Ermano Batista e Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Patrús, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência comunica o recebimento de correspondência do Sr. Carlos Vago e da Diretoria do SIMPRAFARMA, e a seguir designa os seguintes relatores: no 2º turno: Projeto de Lei nº 149/99, Deputado Chico Rafael; no 1º turno: Projetos de Lei nºs 172 e 238/99, Deputado Antônio Genaro; 181 e 187/99, Deputado Sebastião Navarro Vieira; 152 e 189/99, Deputado José Alves Viana. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário. Com a palavra, o Deputado Arlen Santiago, relator do Projeto de Lei nº 194/99, do Governador do Estado, no 2º turno, emite seu parecer concluindo pela aprovação da matéria na forma apresentada. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente informa que continua em discussão o parecer para o 1º turno do Deputado Agostinho Patrús, relator do Projeto de Lei nº 126/99, do Deputado Eduardo Brandão, que conclui pela rejeição da proposição. O relator solicita a palavra e, expondo seus argumentos, retira o seu parecer pela rejeição e apresenta novo parecer, o qual conclui pela aprovação da matéria. Colocado o novo parecer em discussão e votação, é aprovado. Ato contínuo, a Presidência informa que continua em discussão o parecer para o 1º turno do Deputado José Alves Viana ao Projeto de Lei nº 147/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada que conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pelo relator. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Com a palavra, o Deputado Chico Rafael emite o seu parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 89/99, do Deputado Miguel Martini, o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão, o Deputado Miguel Martini usa a palavra. Colocado em votação, é o parecer aprovado. Em seguida, o Deputado Sebastião Navarro Vieira, relator para o 1º turno do Projeto de Lei nº 187/99, Deputado Rogério Correia, solicita prazo regimental para emitir o seu parecer. O Presidente defere o pedido. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a votação, o Requerimento nº 310/99, do Deputado Anderson Adatao, que pleiteia seja encaminhado ao Governador do Estado solicitação de outorga por decreto do título de Cidadão de Minas Gerais aos Srs. Celso Furtado e Antônio Paes de Andrade, é aprovado. A Presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, o requerimento do Deputado Chico Rafael solicitando se realize audiência pública da Comissão, com a finalidade de ouvir diversos convidados e subsidiar a elaboração do parecer ao Projeto de Lei nº 51/99, que trata do Código de Defesa do Contribuinte, é aprovado. Em seguida, o requerimento do Deputado Ronaldo Canabrava solicitando se convidem o Comandante do Policiamento da Capital e o Comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar para, em reunião da Comissão, prestarem informações quanto ao trabalho que vem sendo desenvolvido por esses Comandos Militares no que tange ao policiamento da Capital e da Região Metropolitana é colocado em votação e aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Chico Rafael - José Alves Viana - Arlen Santiago.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Agostinho Silveira, Eduardo Daladier e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Nos termos regimentais, a Presidência acusa o recebimento das proposições a seguir relacionadas, para as quais designa os relatores a seguir citados: Projetos de Lei nºs 325, 326, 327 e 329/99 (Deputado Adelmo Carneiro Leão); 321, 322, 323 e 328/99 (Deputado Paulo Piau); 310, 315 e 318/99 (Deputado Eduardo Daladier); 309, 312, 317 e 331/99 (Deputado Antônio Júlio); 314, 316 e 324/99 (Deputado Agostinho Silveira); 311, 313 e 332/99 (Deputado Ermano Batista); 319 e 320/99 (Deputado Irani Barbosa). A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela legalidade, pela juridicidade e pela constitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 229 com a Emenda nº 1, e 284/99 (relator: Deputado Eduardo Daladier); 230/99 (relator: Deputado Antônio Júlio); e 201/99 (relator: Deputado Paulo Piau); e os pareceres que concluem pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade dos Projetos de Lei nºs 222, 244 e 254/99 e do Projeto de Lei Complementar nº 8/99 (relator: Deputado Agostinho Silveira); e dos Projetos de Lei nºs 242 e 248/99 (relator: Deputado Paulo Piau); e 251/99 (relator: Deputado Eduardo Daladier). Os Projetos de Lei nºs 231, 252, 255 e 270/99 têm sua apreciação adiada em virtude de pedidos de prazo formulados pelos relatores. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 247/99 (relator: Deputado Ermano Batista); 259, 261 com a Emenda nº 1, 272 e 276/99 (relator: Deputado Paulo Piau); 266/99 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 271 e 275/99 (relator: Deputado Eduardo Daladier). Nos termos regimentais, a Presidência determina o envio dos Projetos de Lei nºs 222, 242, 244, 248, 251 e 254/99 e do Projeto de Lei Complementar nº 8/99 ao Plenário para inclusão dos respectivos pareceres em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares,

convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1999.

Ermano Batista, Presidente - Paulo Piau - Antônio Júlio - Agostinho Silveira - Eduardo Daladier.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem no Salão Paroquial do Centro Pastoral São Francisco, em Pirapora, os Deputados João Batista de Oliveira e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a avaliar o Projeto Irrigado de Pirapora, a discutir a situação dos produtores rurais e buscar soluções. O Presidente procede à leitura de fax do Deputado Wanderley Avila no qual justifica sua ausência. A Presidência convida as seguintes pessoas para tomarem assento à mesa: Leônidas Gregório de Almeida e Dário Gonçalves de Oliveira, respectivamente, Prefeito e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Pirapora; Manoel Yamada, representante da Associação dos Irrigantes; Hélcio Ricardo, representante do Banco do Nordeste do Brasil; Fernando Britto, representante da CODEVASF; Mikio Jimzenji, Presidente do Sindicato Rural, e Marcelo Martins, Gerente Regional da EMATER-MG. O Deputado Dimas Rodrigues tece considerações iniciais e, a seguir, os componentes da mesa e os participantes em geral se envolvem em amplo processo de exposição e debates. Encerrada essa fase, o Deputado Dimas Rodrigues apresenta requerimento solicitando seja feito apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento para se instalar uma unidade da EPAMIG em Pirapora, com o objetivo de dar maior suporte à agricultura irrigada na região. A Presidência tece os comentários finais, informa que o requerimento será votado na próxima reunião e que os assuntos discutidos constam nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença do Deputado Dimas Rodrigues, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Dimas Rodrigues.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da cpi da carteira de habilitação

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Ivo José, José Alves Viana, Miguel Martini e Christiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Christiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Oracy Rodrigues, Elias Victoria Pereira, Paulo Marcondes, José Martins dos Santos e Robson Maria dos Santos. São ouvidos os depoentes, cada um por sua vez, a quem são prestados esclarecimentos sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito. Cada depoente é devidamente apresentado e questionado pelos membros da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Em seguida, passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. É votado e aprovado requerimento do Deputado Ivo José em que solicita seja enviado ofício ao Presidente do BEMGE pedindo informações sobre o recebimento das taxas relativas aos exames de legislação e direção dos candidatos a carteira de habilitação, conforme relação anexa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca-os para a próxima reunião extraordinária, dia 20/5/99, às 16h01min, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Oracy Rodrigues, Elias Victoria Pereira, Paulo Marcondes, José Martins dos Santos e Robson Maria dos Santos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1999.

João Leite, Presidente - Ivo José - Alberto Bejani - José Alves Viana.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O ENVIDAMENTO DO ESTADO

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eduardo Hermeto, Mauro Lobo, Paulo Piau, Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Hermeto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Hélio Dias da Silva e José Moreira Magalhães, Diretor do Crédito Público e Diretor da Superintendência Central da Secretaria de Estado da Fazenda, respectivamente. Na ausência da Deputada Maria Tereza Lara, autora do requerimento que motivou a reunião, o Deputado Rogério Correia faz as considerações iniciais. Ouvidos os convidados, passa-se à fase dos debates. Com a chegada da Deputada Maria Tereza Lara, o Deputado Rogério Correia ausenta-se da reunião. Nessa fase, fazem uso da palavra, cada um por sua vez, o Deputado Eduardo Hermeto, o Sr. Hélio Dias da Silva, o Sr. José Moreira Magalhães, o Deputado Mauro Lobo, a Deputada Maria Tereza Lara, Deputado Paulo Piau. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1999.

Mauro Lobo, Presidente - Maria Tereza Lara.

ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da cpi da carteira de habilitação

Às dezesseis horas e um minuto do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Ivo José, José Alves Viana e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Oracy Rodrigues, Elias Victoria Pereira, Paulo Marcondes, José Martins dos Santos e Robson Maria dos Santos. São ouvidos os depoentes, cada um por sua vez, a quem são prestados os esclarecimentos sobre o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito. Cada depoente é devidamente qualificado e questionado pelos membros da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1999.

João Leite, Presidente - Ivo José - Alberto Bejani - José Alves Viana.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Proposta de Emenda à Constituição nº 14/99

Às dezoito horas do dia vinte e cinco de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Rogério Correia, João Leite, Luiz Fernando Faria e Rêmolô Aloise (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes, também, os Deputados Agostinho Patrús, Agostinho Silveira, Ailton Vilela, Alberto Bejani, Antônio Carlos Andrada, Carlos Pimenta, Durval Ângelo, Eduardo Brandão, Hely Tarquínio, Miguel Martini, Ronaldo Canabrava, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/99. Com a palavra, o relator, Deputado Rêmolô Aloise, faz leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Na fase de discussão, fazem uso da palavra os Deputados Durval Ângelo e João Leite. Com a palavra, o relator comunica o recebimento de cinco propostas de emenda ao seu substitutivo, sendo duas do Deputado Rogério Correia, duas do Deputado Luiz Fernando Faria e uma das Bancadas do PSDB e do PFL. O relator se manifesta favoravelmente a todas as propostas de emenda e decide

acolhê-las em seu parecer. Encerrada a discussão e colocado em votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1999.

Cabo Morais, Presidente - Rogério Correia - João Leite - Luiz Fernando Faria.

ATA DA 10ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia vinte e seis de maio de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Batista de Oliveira, Paulo Piau, Dimas Rodrigues e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Prof. Aluizio Borém, da Universidade Federal de Viçosa - UFV -, e o Sr. Francisco Lopes Cançado Júnior, da EPAMIG, que apresentam resultados de suas teses, respectivamente, "Impactos do Melhoramento Genético no Aumento da Produção e da Produtividade Agropecuária" e "Retorno a Investimentos em Pesquisa Agropecuária em Minas Gerais". O Presidente convida os dois expositores para tomarem assento à mesa e registra, ainda, a presença dos Srs. João Roberto Puliti, Diretor-Tesoureiro da FAEMG; José Lana Raposo, Diretor da Área de Operações III do BDMG; Vitor Vieira dos Santos, 2º-Diretor-Tesoureiro da FIEMG; e Afrânio Carvalho Aguiar, Diretor Científico da FAPEMIG. Em seguida, a Presidência passa à leitura do Ofício nº 685/99, do Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto-SP-, publicado no "Diário do Legislativo" de 20/5/99, e do "curriculum vitae" do Prof. Aluizio Borém. Após, o Presidente designa o Deputado Dimas Rodrigues para relatar o Projeto de Lei nº 201/99, de autoria do Deputado Ailton Vilela, para o 1º turno. Usando "slides" e transparências, o Prof. Aluizio Borém e o Sr. Francisco Lopes Cançado Júnior apresentam suas teses. Logo após, Deputados e convidados se envolvem em amplo debate. Encerrada essa fase, o Deputado Dimas Rodrigues apresenta requerimentos em que solicita seja feito apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento para que se instale uma unidade da EPAMIG em Pirapora; em que solicita seja formulado apelo à Superintendência Regional do Banco do Brasil S.A. visando à criação do PROAGRO para o setor de fruticultura no Estado de Minas Gerais; em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão na cidade de Paracatu, com o objetivo de se avaliar o Projeto "Entre Ribeiras I, II e III"; e em que solicita seja formulado apelo ao Superintendente Regional do Banco do Brasil S.A. com vistas à elevação do teto de empréstimos para custeio da produção de uva aos produtores do perímetro irrigado de Pirapora de R\$40.000,00 para R\$80.000,00. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. O Deputado Paulo Piau tece comentários finais sobre os assuntos abordados na reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 1999.

João Batista de Oliveira, Presidente - Paulo Piau - Dimas Rodrigues - Márcio Kangussu - Luiz Fernando Faria.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 38ª reunião ordinária, em 1º/6/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/99, do Deputado Durval Ângelo e outros, que altera a redação dos arts. 39, 66, 90, 106, 110, 111, 136, 137, 142 e 143 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 265/99, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a efetuar a cessão, a título oneroso, de direitos creditórios representados por crédito tributário formalizado e parcelado, e altera a legislação tributária.)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 29/99, do Deputado Márcio Kangussu; 76/99, do Deputado Wanderley Ávila; 88/99, do Deputado Hely Tarquínio; 120/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 265/99, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 1º/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 322/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 341/99, do Deputado Bené Guedes.

Realização de explanação sobre o Fórum Permanente de Turismo Rural e as metas da Associação Mineira de Empresas de Turismo Rural - AMETUR - para 1999, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Oscar Plínio Paschoal Tarquínio, Secretário Executivo desse Fórum, e Sra. Suzana Maria Souza Lima Mattos de Paiva, Presidente dessa Associação.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 2/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 2/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a aplicação do disposto na Lei nº 11.403, de 21/1/94, que reorganiza o DER-MG e dá outras providências.

Convidados: Srs. Antônio Sérgio Tonet, Diretor da Promotoria Especializada na Defesa do Patrimônio Público; Ronaldo Guimarães Gouveia, Diretor de Transporte do DER-MG; Marco Aurélio Flores Carone, Presidente da Associação Mineira dos Usuários de Transporte de Passageiros e Carga.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 9/6/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 224/99, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 325/99, do Deputado Sebastião Costa, e 338/99, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: ouvir o Secretário Adjunto de Direitos Humanos, que levará ao conhecimento de representantes de entidades a agenda de trabalho de sua Secretaria; discutir a atual situação dos documentos do extinto DOPS, que se encontram sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, e apreciar a matéria constante na pauta.

Convidados: Sr. José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos; Deputada Maria Lúcia Cardoso, Secretária do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente; Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário da Cultura; Vitor Hugo Morteira de Resende, Presidente da Associação dos Delegados de Carreira da Polícia Civil de Minas; Antonieta Guimarães Bizzotto, Diretora do Centro Mineiro de Toxicomania; Janaina Galindo Bragança, Presidente do Conselho Acadêmico de Direitos Humanos José Carlos da Mata Machado; Lúcia Frota, representante da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte; Sílvia Lorenso, representante do Conselho de Direitos Humanos do Aglomerado de Santa Lúcia; Indiana Gomes Ribeiro, Diretora Estadual do Sind-UTE; Maria de Lourdes Prata Pace, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, representante do Conselho Estadual de Assistência Social; Elizabete Dias de Sá, representante do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência de Belo Horizonte; Maria do Rosário Caiafa Faria, representante da Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte; Ana Marta Losbosque, Coordenadora do Fórum Mineiro de Saúde Mental, representante do Grupo Guri de Belo Horizonte e do Movimento Evangélico Progressista; Ângela Maria da Silva Gomes, Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado; Heloisa Grecco, Presidente do Movimento Tortura Nunca Mais; Juvercino Guerra Filho, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Estado de Minas Gerais; Carlos Vitor Muzzi, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, representante da Pastoral Carcerária; Edmar Guariento Gadelha, Coordenador Geral da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, e Edilane Maria de Almeida Carneiro, Superintendente do Arquivo Público Mineiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 1º/6/99, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/99, do Deputado Durval Ângelo e outros, que altera a redação dos arts. 39, 66, 90, 106, 110, 111, 136, 137, 142 e 143 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e do Projeto de Lei nº 265/99, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a efetuar a cessão, a título oneroso, de direitos creditórios representados por crédito tributário formalizado e parcelado e altera a legislação tributária; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 31 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Djalma Diniz, Marco Régis, Maria Olívia e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/99, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Sala das Comissões, 31 de maio de 1999.

Elmo Braz, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o Requerimento Nº 1/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Costa, a proposição em análise postula a inserção, nos anais da Assembléia, do pronunciamento do Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, do PFL, feito no Plenário da Câmara dos Deputados, em janeiro do corrente ano.

O requerimento foi publicado em 20/2/99 e vem agora à Mesa para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

A transcrição de documento ou pronunciamento não oficial nos anais da Assembléia Legislativa, conforme dispõe o seu Regimento Interno, condiciona-se à relevância especial da matéria para o Estado.

O pronunciamento, cuja transcrição o requerimento em análise propõe, foi proferido pelo Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, em virtude do falecimento do Deputado Estadual Jorge Hannas.

Mineiro, natural do Município de Rezende Costa, Jorge Hannas iniciou sua carreira política como Vice-Prefeito em Manhuaçu, no período de 1982 a 1988, renunciando a esse cargo em 1986, quando se elegeu Deputado Estadual, reelegendo-se por mais dois pleitos consecutivos.

Médico de profissão, na Assembléia Legislativa presidiu por 8 anos a Comissão de Saúde. Durante esse tempo, orientou seus esforços objetivando melhorar o atendimento e as condições de trabalho na rede hospitalar e postos de saúde do Estado, levando sempre em consideração o interesse coletivo.

Entre os muitos projetos de lei de sua autoria, o de criação da Fundação HEMOMINAS obteve notável repercussão no Estado. Com ele possibilitou-se a implantação de hemocentros em vários municípios, tendo por consequência uma significativa melhoria na qualidade do sangue e no seu respectivo controle e fiscalização.

Diante de tais considerações, consideramos oportuna a transcrição nos anais da Casa do discurso proferido pelo Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, como justa homenagem ao ilustre político Jorge Hannas, que certamente permanecerá na história política de Minas como referência de honradez, equilíbrio e espírito público.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1/99 na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - Dilzon Melo, relator - José Braga - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 129/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Amilcar Martins, a proposição em análise requer seja solicitado ao Secretário de Estado da Casa Civil e Comunicação Social cópia do Relatório Final da Comissão de Notáveis que examinou os processos de punição dos policiais militares envolvidos na greve de 1997.

Publicada em 1º/4/99, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em análise contém matéria cuja iniciativa encontra amparo no § 2º do art. 54 da Constituição mineira, que apresenta a seguinte redação:

"§ 2º - A Mesa da Assembléia poderá encaminhar a Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade."

Embora a proposição encontre amparo constitucional quanto à iniciativa, conforme acabamos de demonstrar, cumpre-nos tecer, ainda, considerações sobre o mérito.

Ainda que o requerimento não tenha sido acompanhado de justificativa, não vislumbramos outra razão para ter sido apresentado senão a de que o seu autor tenha o entendimento de que o referido relatório possa servir como instrumento capaz de influir e talvez mesmo trazer à luz fatos relevantes quando os parlamentares apreciarem o Projeto de Lei nº 182/99, do Governador, que dispõe sobre a reforma disciplinar de praças excluídas da PMMG por envolvimento na greve ocorrida em 1997.

Em que pese ao louvável propósito que acreditamos tenha o autor da matéria - pois de outra forma não há sentido para ele a ter formulado -, cumpre-nos, "data venia", expressar o nosso juízo de que a sua apresentação é impertinente e o seu acato, inoportuno.

Explicamos: o acesso ao relatório sobre a greve dos militares ocorrida em 1997 diz respeito tão-somente ao alto comando da corporação militar, já que ela, em si mesma, não acarretou conseqüências que justifiquem uma investigação por parte deste parlamento. Ademais, esse documento não contribuiria com fatos relevantes para o exercício do poder de que está investido o legislador, pois concerne apenas às penalidades aplicáveis às praças.

Conclusão

Diante de tais considerações, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 129/99 na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Adatao, Presidente - Gil Pereira, relator - José Braga - Dilzon Melo.

Parecer sobre o Requerimento Nº 168/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa do Deputado Márcio Kangussu, o requerimento em epígrafe solicita seja transcrito nos anais da Casa o editorial de 7/4/99 do jornal "Estado de Minas", sob o título "L'État C'Est Moi."

Publicado em 10/4/99, vem o requerimento à Mesa para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

A inserção de documento ou pronunciamento não oficial nos anais da Assembléia Legislativa está prevista no inciso XIII do art. 233 do Regimento Interno e sujeita-se ao parecer da Mesa, nos termos do art. 234.

Da redação do supracitado inciso depreendem-se os limites impostos pelo texto legal para que seja acolhido o pedido de transcrição de matéria nos anais da Casa.

Somos da opinião de que tal matéria deve exprimir uma tendência comum da gente mineira, a ser conservada e transmitida aos pósteros, ou proceder a uma análise dos fatos que influam ou, mais tarde, possam influir na história do Estado, ou, ainda, revelar de forma pertinente o entendimento do momento político então vivido.

O requerimento em tela propõe a transcrição nos anais da Casa do editorial do jornal "Estado de Minas" do dia 7/4/99, intitulado "L'État C'Est Moi", que tem como tema central pronunciamento do Governador Itamar Franco no qual ele expõe a sua decisão de não romper com a moratória e as medidas administrativas adotadas pelo Executivo em relação ao Estado.

Embora a opinião do autor do artigo seja de suma importância para auxiliar a formação da opinião pública com relação à atualidade política, acreditamos que pouco acrescenta para efeitos de registro histórico dos fatos atuais, principalmente se levarmos em conta que a matéria em questão foi objeto de amplos debates neste parlamento e, por isso mesmo, já mereceu acolhida nos anais.

Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 168/99.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - Dilzon Melo, relator - José Braga - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 206/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Amilcar Martins, a proposição em epígrafe tem por objetivo solicitar à Presidência desta Casa o encaminhamento de ofício ao Secretário da Casa Civil, solicitando-lhe os seguintes esclarecimentos a respeito dos eventos denominados "road show", a serem realizados pelo Governador do Estado em todo o País e no exterior, conforme noticiado na imprensa local e nacional: 1 - se esses eventos estão oficialmente vinculados ao Governo de Minas; 2 - seu custo total; 3 - a quem caberá arcar com tais custos.

O requerimento foi publicado em 17/4/99 e a seguir encaminhado a este órgão colegiado para que, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno, emita seu parecer.

Fundamentação

A proposição sob comento cuida de solicitar informações a Secretário de Estado, o que evidencia ato do controle parlamentar direto, que a esta Casa compete constitucionalmente exercer.

A prerrogativa desse exercício encontra-se expressamente delineada no § 2º do art. 54 da Constituição mineira, cujo texto é o seguinte:

"§ 2º - A Mesa da Assembléia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade."

A finalidade desse controle é assegurar que o Poder Executivo atue em consonância com os princípios que lhes são impostos pelo regime jurídico-administrativo e constitui um poder-dever desta Casa exercê-lo, sem renúncia ou omissão.

Entretanto, a matéria inscrita no corpo do requerimento, dizendo respeito aos eventos denominados "road show" a serem realizados pelo Governo do Estado, tratando-se de promoção ainda não concretizada, não se enquadra nos numerosos casos especificamente previstos na Constituição mineira do controle prévio com o qual o Poder Legislativo interfere, necessariamente, na atividade administrativa para impedir que seja praticado ato ilegal ou contrário ao interesse público.

Inexistindo ato concreto ou realidade fática a serem fiscalizados, consideramos que o encaminhamento do pedido de informação, por agora, seria intempestivo, o que nos impulsiona a não dar guarida ao requerimento em apreço.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 206/99.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - Dilzon Melo, relator - José Braga - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 207/99

Mesa da Assembléia

Relatório

A proposição em tela é de iniciativa do Deputado Amilcar Martins e tem por escopo solicitar ao Presidente deste Legislativo o envio de ofício ao Secretário da Casa Civil, solicitando-lhe as seguintes informações sobre a sede do Governo inaugurada em Juiz de Fora, denominada Casa de Minas: a razão para a instalação da Casa de Minas na cidade supracitada, o custo de sua instalação e o custo mensal para a sua operação e manutenção.

Nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno, compete à Mesa da Assembléia emitir parecer sobre o requerimento em referência.

Fundamentação

O fundamento legal para a formulação do requerimento encontra-se inserido no art. 54 da Constituição mineira, cujo § 2º assim dispõe:

"§ 2º - A Mesa da Assembléia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade."

Esta Casa, ao solicitar informações a Secretário de Estado e a outras autoridades estaduais, exerce a prerrogativa reservada constitucionalmente aos membros do Legislativo de efetuar controle parlamentar direto sobre os atos do Poder Executivo.

Versa o requerimento sobre esclarecimentos a serem prestados sobre a "sede do Governo" inaugurada em Juiz de Fora, denominada Casa de Minas. Entendemos que, embora seja prerrogativa deste Poder a iniciativa de proposição dessa natureza, esta deve ser fundada em fatos concretos que possam justificá-la.

Não tendo sido fundamentada a proposição em apreço e nem apresentada nenhuma realidade fática que pudesse embasá-la, não podemos dar acolhida à proposição em apreço.

Temos de considerar ainda não dever e tratar-se de "sede do Governo", pois esta é definida constitucionalmente, e a sua transferência só poderá ocorrer após deliberação da Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, ou seja, a transferência só pode ser realizada após a edição de norma legal, mesmo assim, apenas temporariamente.

Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 207/99.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - Dilzon Melo, relator - José Braga - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 225/99

Mesa da Assembléia

Relatório

O Deputado Antônio Júlio, por meio do requerimento em apreço solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre as condições (financiamentos, empréstimos, incentivos, etc.) que possibilitaram a instalação da Inega em Leopoldina, e sobre se a referida empresa já está em funcionamento.

Desarquivada, nos termos do art. 180, § 3º, do Regimento Interno, foi a matéria publicada em 15/4/99 e vem à Mesa para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do mesmo Diploma.

Fundamentação

A Constituição do Estado, no seu art. 62, XXXI, estabelece como competência privativa da Assembléia Legislativa a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Esta Casa, ao solicitar informações a Secretários de Estado ou a dirigentes das entidades da administração indireta, está a exercer o controle parlamentar direto, que é um poder-dever de verificar a regularidade dos atos do Poder Executivo, assegurando o fiel cumprimento dos princípios do regime jurídico-administrativo que conformam a atuação da administração pública.

A proposição em análise tem por objeto o esclarecimento sobre possíveis incentivos que o Governo do Estado possa ter oferecido à Indústria Inega quando da sua instalação no Município de Leopoldina, tais como financiamentos e empréstimos.

Consideramos, portanto, a iniciativa conveniente e oportuna porque, de posse das informações, esta Casa será dotada de conhecimento necessário ao exercício da prerrogativa que lhe foi assegurada constitucionalmente e poderá cuidar para que a sociedade tenha um governo obediente à lei e eficaz.

No entanto, sob o aspecto formal, visando a dar melhor direcionamento e entendimento ao requerimento, optamos por apresentar-lhe substitutivo.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 225/99 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Secretário da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1 - se o Estado ofereceu financiamentos, empréstimos e incentivos à Indústria Inega para sua instalação no Município de Leopoldina; em caso afirmativo, enviar a esta Casa cópia dos respectivos contratos;

2 - se a citada empresa já se encontra em funcionamento e desde que data.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga, relator - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 273/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Comissão de Direitos Humanos, o requerimento em pauta tem por finalidade solicitar ao Diretor-Geral do DNER informação sobre o impacto financeiro que a medida contida no Projeto de Lei nº 69/99 poderia ocasionar.

Publicada em 6/5/99, vem a proposição à Mesa para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

Em decorrência de dispositivo constitucional, este parlamento tem, além da nobre missão de legislar, a de solicitar informações por escrito às autoridades integrantes da administração direta ou indireta.

O art. 1º do Projeto de Lei nº 69/99 altera o art. 1º da Lei nº 10.419, de 16/1/91, estendendo o benefício do passe livre no transporte coletivo intermunicipal ao acompanhante de portador de deficiência física, mental ou visual e ao aposentado por invalidez permanente que perceber até um salário mínimo mensal.

A proposição sob comento indaga sobre o impacto financeiro que essa alteração contida no projeto supracitado irá ocasionar, uma vez que aumentará o número de pessoas não pagantes das tarifas dos transportes intermunicipais.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 273/99.

Sala das Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga, relator - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 277/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a proposição em epígrafe tem por escopo solicitar ao Presidente deste parlamento que encaminhe ao Secretário de Estado da Fazenda pedido escrito de estudo técnico sobre o impacto financeiro-orçamentário decorrente do Projeto de Lei nº 67/99, que objetiva alterar a alíquota do ICMS incidente sobre as operações de fornecimento de energia elétrica para consumo residencial para 15%.

À Mesa da Assembléia compete emitir parecer sobre a matéria, visto que o Regimento Interno, em seu art. 79, VIII, "c", atribui a esse órgão colegiado a competência privativa de examinar requerimento de informações a autoridades estaduais quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembléia Legislativa.

Fundamentação

A iniciativa da proposição encontra amparo constitucional na Carta mineira, no § 2º do art. 54, que assim dispõe:

"§ 2º - A Mesa da Assembléia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade."

Vale lembrar que a medida consubstanciada no requerimento está diretamente associada ao legítimo exercício de controle que o Legislativo pode e deve exercer sobre os atos do Poder Executivo; controle esse, no caso, de natureza não só financeira, mas sobretudo política, pois o exame de mérito deve ser efetuado a fim de se verificar a conveniência ou não de se editar norma, observada a necessidade e o interesse público.

Além do mais, é inegável que o encaminhamento à Comissão das informações solicitadas contribuirá decisivamente para que os seus membros possam manifestar-se sobre o Projeto de Lei nº 67/99 com total isenção de prejulgamento, alicerçados sobretudo em estudos eminentemente técnicos.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 277/99 na forma apresentada.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 26 de maio de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - Gil Pereira, relator - José Braga - Dilzon Melo.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

11ª REUNIÃO DE DEBATES

Discursos Proferidos em 24/5/99

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, assessoria da Casa, venho a esta tribuna para trazer aos nobres pares desta Casa algumas conclusões sobre a reunião da Comissão de Política Agropecuária realizada na cidade de Pirapora, no dia 20 de maio, e também sobre a reunião da Comissão da Seca no Norte de Minas realizada na cidade de Montes Claros, no dia 21 de maio.

É conveniente e oportuno, Sr. Presidente, Srs. Deputados, destacar a importância das reuniões realizadas fora do ambiente desta Casa, para tratar de assuntos regionais; assim, os parlamentares se aproximam dos problemas, ouvem as comunidades, numa atitude de respeito ao cidadão. A visita a Pirapora foi uma demonstração de que esta Casa não se contenta em tomar conhecimento dos fatos apenas pelos jornais, como se o sofrimento do povo fosse apenas um dado informativo. A Assembléia Legislativa tem colocado os pés na estrada, os Deputados têm tido contato com a poeira, têm buscado conhecer os problemas de nosso Estado, para, assim, buscar opções que possibilitem a melhoria da qualidade de vida do povo mineiro.

Em Pirapora, recebemos a colaboração de representantes de diversos órgãos, do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, da CODEVASF, do Sindicato Rural, de cooperativas agrícolas, ali registrando, também, a participação da AVANS, do Prefeito Municipal, da Câmara Municipal, de representantes dos sem-terras, de representantes da educação, enfim, contamos com a participação importante de diversos segmentos, que garantiram o sucesso da reunião, permitindo a participação popular, certamente comprometida se a reunião fosse realizada no ambiente desta Assembléia, pelas dificuldades que as pessoas enfrentariam com a locomoção.

Visitamos o projeto irrigado de Pirapora e ali ouvimos os produtores relatando suas dificuldades e ouvimos as autoridades ali presentes sobre quais soluções podem ser adotadas para o incremento da agricultura, que certamente farão parte do relatório final dos trabalhos da Comissão. Convém ressaltar o importante trabalho do Presidente da Comissão de Agropecuária, Deputado João Batista, e destacar a sua seriedade e o seu entusiasmo no desempenho dos trabalhos.

Quanto à reunião da Comissão da Seca no Norte de Minas, na cidade de Montes Claros, também ouvimos diversas autoridades e tivemos a participação mais efetiva desta Casa, com

a presença dos Deputados José Braga, Gil Pereira, Arlen Santiago, com destaque para a participação do Deputado Carlos Pimenta, relator da Comissão. Contamos também com a presença do Prefeito de Juiz de Fora, Dr. Tarcísio Delgado, verdadeiro testemunho de atuação política no Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito gratificante saber que todos estão empenhados em buscar soluções permanentes para o problema da seca na região norte de Minas, nas regiões do Jequitinhonha e do Mucuri.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Obrigado. Mais uma vez, gostaria de congratular-me com V. Exa., pelo excelente trabalho que tem realizado à frente da Comissão da Seca. Desde que assumiu a Presidência, V. Exa. tem sido um incansável batalhador na busca pela solução, juntamente com toda a bancada do Norte de Minas, dos angustiados problemas pelos quais estamos passando. Como disse V. Exa., a Assembléia tem de colocar os pés na estrada. Realmente, é isso mesmo.

A Assembléia Legislativa precisa conhecer os problemas que estão ocorrendo fora dela.

Mais uma vez, parabeno V. Exa., o nosso Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, Deputado João Batista de Oliveira, que tem, acima de tudo, uma verdadeira sintonia na solução desses problemas.

Fico muito feliz e muito honrado em pertencer à Comissão da Seca. Mais uma vez, rendo as minhas homenagens à Comissão por seu trabalho incansável, com que V. Exa. à frente. Temos a certeza de que encontraremos dias melhores para o povo do Norte de Minas.

Fazemos este registro com muita tranquilidade e muito otimismo. Parabéns a V. Exa. e a todos os Deputados que compõem a bancada do Norte por terem feito essa viagem, buscando informações para a solução dos problemas e das reivindicações.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradeço as palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que muito tem contribuído para esta Comissão, deslocando-se para as diversas cidades de Minas Gerais.

Inúmeros Prefeitos de toda a região se deslocaram para dar a sua contribuição para o andamento daqueles trabalhos, dando sugestões, levando dados estatísticos, reivindicando recursos, reivindicando ações duradouras, e não aceitando medidas paliativas. Ambas as reuniões foram de extrema importância na orientação dos trabalhos desta Casa.

De minha parte, quero agradecer à Mesa, que tanto fez para garantir a realização plena dos trabalhos, permitindo o deslocamento de funcionários desta Casa, viabilizando o acompanhamento pela imprensa e, até mesmo, participando efetivamente dos trabalhos.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)- Deputado Dimas, também gostaria de parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos à frente da Comissão da Seca, uma Comissão que, realmente, necessita desse impulso. Todos os Deputados do Norte de Minas estão unidos nesse trabalho. V. Exa. tem feito um grande trabalho nessa Comissão. Estão ali o nosso Presidente José Braga, o Deputado Carlos Pimenta, que é o relator, o Deputado Arlen Santiago, a Deputada Elbe Brandão, o Deputado Wanderley Ávila, enfim, todos os Deputados da base que compõe o Norte de Minas também estão empenhados.

O Norte de Minas merece uma deferência do Governo do Estado e, principalmente, do Governo Federal. Não podemos ser discriminados pelo Governo Federal porque fazemos parte da área mineira da SUDENE, e o dinheiro que vai para o Nordeste tem de ir para o Norte e para o vale do Jequitinhonha também.

Tenho certeza de que V. Exa., na conclusão desse trabalho, vai nos dar condições de mostrar ao povo do Norte de Minas que estamos trabalhando com seriedade. Se Deus quiser, vamos poder alertar o Governo do Estado e, principalmente, o Governo Federal de que a região merece essa diferenciação em relação às outras regiões do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado e parabéns pelo seu trabalho.

O Deputado Dimas Rodrigues - Agradecemos ao Deputado Gil Pereira, que é um grande defensor do Norte de Minas.

A nossa expectativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de que a conclusão dos trabalhos possa, realmente, direcionar a adoção de políticas que permitam o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida do povo norte-mineiro.

Mas é importante frisar que o produtor rural encontra-se sacrificado, sobretudo os produtores das áreas irrigadas. As altas tarifas de energia elétrica, comprometendo o custo da produção em cerca de 70%, os entraves na liberação dos recursos, as elevadas taxas de juros constituem preocupações que requerem medidas mais urgentes. O produtor rural não suporta mais a falta de uma política bem definida para o setor agrícola, e é com este objetivo que a Comissão de Política Agropecuária vai lutar, incansavelmente, na tentativa de resgatar a dignidade dos produtores rurais, que são a esperança de Minas e do Brasil.

Quero salientar, Sr. Presidente, que sempre defendemos e sempre mostramos que a solução para os problemas do País está no campo.

Precisamos conscientizar o nosso Governo Federal, para que dote de mais recursos o orçamento e, assim, possamos levar os nossos irmãos para o campo. Enquanto o Governo Federal aplica R\$200.000,00 em uma fábrica, para dar um emprego, se aplicar R\$18.000,00 criará 10 empregos, beneficiando uma família inteira. Precisamos retornar os nossos irmãos ao campo. Só assim, se Deus quiser, teremos um celeiro produtivo em toda Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado José Alves Viana - Sr. Presidente e Srs. Deputados, no último dia 20, protocolei um documento nesta Casa que diz o seguinte. (- Lê:): "O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que seja marcado por esta Casa um fórum para se discutir efetivamente a questão da criança e do adolescente de rua. É um problema antigo em Belo Horizonte, e sabemos de várias reuniões, palestras e sugestões, mas nunca se conseguiu atingir o cerne da questão e resolver efetiva e definitivamente o problema. A justificativa e as pessoas ou órgãos convidados serão decididos posteriormente". Isso no dia 20/5/99.

Agora venho com a justificação desse requerimento. (- Lê:): "De tempos em tempos, a situação aflitiva e grave que envolve o recolhimento de menores à disposição da justiça pela prática de infração penal volta a ocupar espaço nos noticiários e a incomodar a consciência dos cidadãos.

Os avanços obtidos com a moderna legislação, consubstanciada no Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda não foram suficientes para dar uma resposta satisfatória ao problema, que se repete anos a fio.

As rebeliões e fugas de menores dos Centros de Tratamento em nada diferem dos lamentáveis episódios que estigmatizaram os núcleos da antiga FEBEM.

Ao que tudo indica, continua faltando uma diretriz para a orientação e fiscalização do tratamento que a lei preconiza. O recolhimento do menor, só determinado pela justiça em casos extremos, não é uma simples segregação do meio social. É, antes de tudo, uma terapia social e comportamental voltada para a formação de novos valores e a autêntica reeducação do menor.

Não será jogando esses menores em cárceres sem condições de higiene, sem agasalho, sem dignidade, que acrescentaremos à sua formação os valores que permitirão a mudança de sua conduta. Ao contrário, o que se obtém é revolta, atitudes agressivas, desrespeito e fugas.

Assim, o foragido volta às ruas, reassumindo a sua rotina de assaltos, drogas e tudo o mais que permeia a vida do menor desassistido.

Torna-se, pois, imperativo o debate, ao qual se deve convocar a sociedade, e a procura de caminhos, começando pela proposta da elaboração de regras básicas para o tratamento do menor enquanto recolhido aos Centros de Internação Provisória e aos Centros de Integração do Adolescente.

Tais normas, a serem rigorosamente cumpridas pelas autoridades responsáveis pelos Centros, sob acompanhamento direto da Secretaria de Justiça e da sociedade em geral, estabeleceriam um procedimento padronizado, mais humano e mais justo, a exemplo das regras mínimas para o tratamento do recurso, editadas pela ONU.

Peço, assim, a aprovação dos meus nobres pares ao presente requerimento, objetivando a realização de um amplo debate, envolvendo autoridades e a sociedade, abrindo-se as portas desta Casa a esse problema, que vem inquietando a todos nós. Os convites para esse fórum ou seminário seriam bem abrangentes - o Secretário de Justiça, os Diretores dos Centros de Reeducação, as autoridades judiciárias ligadas às Varas da Infância e da Juventude, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, as entidades e órgãos não governamentais de defesa de direitos humanos, a Pastoral da Criança, outras autoridades e a sociedade em geral.

Que essas normas venham humanizar e estruturar em bases científicas o tratamento desses menores, permitindo-lhes uma tranquila reinserção social, e proporcionar à comunidade a segurança e a certeza de um futuro mais promissor para esses jovens.

Sala das Reuniões, 24 de maio de 1999".

Essa é uma solicitação que faço, por meio de requerimento, a esta Casa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Agradeço o aparte, Deputado. Ouvi atentamente a brilhante exposição de V. Exa., trazendo a esta Casa, que é o palco das discussões, esse assunto de grande relevância. Temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, que, sem dúvida alguma, traça o perfil e os destinos do menor. Mas há necessidade da conscientização do Estado e do poder público, buscando, efetivamente, dias melhores para todos os menores do Brasil, de nosso Estado e de nossa Capital.

V. Exa. está de parabéns. Tenho certeza de que este debate, por sua grande relevância, irá proporcionar dias melhores a todos os conselhos tutelares e a todas as comunidades que vivem efetivamente o problema do menor. Hoje, temos a grande responsabilidade de dar ao menor todo o amparo necessário, que é também obrigação do Estado. Cabe a nós, legisladores, essa grande parceria, essa união de esforços, buscando, assim, trazer a nossa contribuição. Associe-me a V. Exa., com esse requerimento tão feliz, pelo qual vamos debater sobre os dias melhores para o menor de nossa sociedade. Parabéns, Deputado José Alves Viana. Vamo-nos associar a V. Exa., pedindo a Deus que nos abençoe nesse projeto, nesse trabalho, sem dúvida alguma de grande relevância. Pode contar com nosso trabalho e nossa parceria, assim como a de todos os pares desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado José Alves Viana - Agradeço as palavras do nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O segundo requerimento que faço ao Presidente diz o seguinte.

- Lê requerimento em que solicita manifestação de congratulações com o jornal "Curvelo Notícias", pelos seus 40 anos de existência.

A justificativa é a que se segue:

"Esse jornal, "Curvelo Notícias", criado há 40 anos, no Município de Curvelo, e mantido até os dias de hoje graças à visão e o dinamismo de seu proprietário, Sr. Raimundo Martins, circula não só em Curvelo, mas em número expressivo de municípios mineiros. Trata-se de poderoso elo entre os municípios, que se integram através das matérias jornalísticas nele inseridas.

Utilizando o slogan "Um jornal que tem alma", é o mais antigo jornal de Curvelo em circulação, já fazendo parte das tradições do povo curvelano, principalmente daqueles que moram longe de sua terra-mãe, que matam assim as saudades e tomam conhecimento do que acontece em Curvelo, lendo mensalmente o "Curvelo Notícias".

Sei da luta incansável do amigo Diquinho - como é chamado o jornalista Raimundo Martins - para manter em circulação, durante estes 40 anos, o jornal "Curvelo Notícias", que ao longo do tempo conquistou não só a gente curvelana, como a gente mineira."

Que seja enviado ofício para Raimundo Martins dos Santos.

Eram esses os dois requerimentos que eu tinha que apresentar, Sr. Presidente.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados populares presentes nas galerias, venho a esta tribuna para dizer da nossa alegria de termos participado ontem da convenção do PDT, que aconteceu na sede da Sociedade Mineira de Engenheiros e que mostrou, mais uma vez, a unidade do partido, a vontade de fortalecê-lo, de fazer com que o PDT cresça no nosso Estado e marque, nas próximas eleições municipais que se avizinham, a sua presença, elegendo muitos Prefeitos, muitos Vereadores.

Nessa convenção, elegemos para a Presidência do partido o Deputado Federal Olímpio Pires Guerra, nosso prezado amigo Li, ex-Prefeito de Itabira, eleito Presidente juntamente com nosso querido companheiro de bancada Deputado Estadual Marcelo Gonçalves, eleito Vice-Presidente.

Nós, que os conhecemos, entendemos que o PDT fez uma excelente escolha. Temos certeza de que essa dupla irá comandar, com muita determinação, com muita força, o partido em nosso Estado.

Quero também dizer que o trabalho até aqui executado pelo Presidente Sílvio Abreu, ex-Deputado Federal, foi digno, foi um trabalho hercúleo, fazendo tudo para que o partido participasse ativamente de jornadas políticas, acabando por fazê-lo crescer em nosso Estado.

O Presidente Sílvio Abreu merece o nosso respeito, a nossa consideração e o nosso reconhecimento. Temos certeza absoluta de que seu trabalho será muito bem seqüenciado pelo Deputado Federal Olímpio Pires Guerra, que também tem experiência política, tendo sido Prefeito de Itabira e, nas últimas eleições, foi o único parlamentar eleito pelo PDT em Minas Gerais. É uma pessoa extraordinária, que, com os companheiros e companheiras do partido, com a executiva do partido, com os nossos Deputados Estaduais, que somos oito, temos certeza de que o PDT continuará a fazer um bom trabalho.

Temos certeza de que vai melhorar muito a atuação do nosso partido, principalmente no interior, porque o novo Presidente quer realizar encontros regionais, fortalecendo-o cada vez mais.

Vimos que a sua plataforma de governo, dentro do PDT, é, realmente, das melhores, e vamos ajudá-lo. Temos certeza de que a Bancada do PDT não faltará para com o Li, e, certamente, vamos ter uma boa presença nesses dois anos de mandato da nova executiva, razão pela qual, também, quero aqui expressar o meu contentamento de participar desse momento, enaltecendo sobretudo a presença ontem, aqui, do ex-Governador Leonel Brizola, um dos maiores líderes brasileiros, que veio a Minas prestigiar a convenção do PDT.

Juntamente com ele, estava o Deputado Federal Neiva Monteiro, e a presença dessas duas personalidades evidentemente enriqueceu e valorizou, sobremaneira, a nossa convenção e temos a certeza de que, sob a orientação de Leonel Brizola, o PDT está muito bem-conduzido e é, hoje, sem dúvida, um dos partidos mais fortes do País. Temos muito que fazer, muito terreno que ganhar, mas com as mudanças que ocorrem nesse momento, o PDT participa efetivamente do processo em nível nacional, mantendo uma oposição ao atual Governo Federal, que tem realmente razão de ser, por tudo aquilo de errado que vem ocorrendo em nosso País, principalmente na área econômica.

O PDT vem batendo duramente na questão de se moralizar a área econômica do Governo, para que ele mude o seu comportamento. Leonel Brizola aqui esteve no dia de ontem, para dizer que o PDT não vai realmente se curvar diante do poderio internacional e sempre vai contestar a sua ação danosa ao nosso povo, que já não pode continuar sofrendo pela falta de compromisso e de seriedade daqueles que deveriam tê-los na condução dos difíceis problemas nacionais.

Finalizando, quero dizer que os Presidentes dos nossos diretórios, companheiras e companheiros que participaram da nossa convenção vão se unir cada vez mais e atrair novas lideranças para o partido. Temos realmente notícias de que muitos valores da política mineira estarão vindo para o PDT, o que nos dá uma perspectiva boa para o presente e o futuro.

Enalteço, ainda, duas figuras do atual Governo estadual, o Secretário Hargreaves, que tem mantido um contato muito estreito com a nossa bancada, tem sido muito solícito e tem, através do diálogo, procurado atender às reivindicações de nosso partido. Entendemos que nos próximos dias o PDT poderá receber alguns atendimentos por parte do Governo, o que é fundamental para a nossa ação política na Capital e no interior. Também assim tem atuado o Secretário Manoel Costa, do Planejamento, nosso companheiro de partido, que nessa importante Pasta vem fazendo um bonito trabalho, procurando ajudar a Bancada do PDT. E nos vários contatos que temos feito no interior, onde a presença desse Secretário se faz sentir, é visível a sua lealdade à nossa bancada, ao nosso partido e aos nossos princípios.

São essas as nossas considerações, nosso eminente Vice-Presidente, Deputado José Braga, hoje nas funções de Presidente, a quem queremos enaltecer pelo seu trabalho na Assembléia, procurando honrar e dignificar o cargo que lhe foi confiado. A nossa bancada e aos nossos queridos companheiros, Alencar da Silveira Júnior, Álvaro Antônio, Marcelo Gonçalves, João Batista de Oliveira, José Alves Viana, queremos dizer-lhes que o nosso dever aqui nesta Casa é realmente o de trabalhar e procurar construir um Estado cada vez melhor para todos os mineiros. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, meus amigos, trago a esta tribuna, com muita satisfação, a notícia do excelente desempenho do Diretor-Geral do DER-MG, no tocante ao que o Sul de Minas tem recebido desse órgão.

Há aproximadamente 40 dias, fizemos uma visita à nossa região Sul mineira, juntamente com o Dr. Bortoletti e o Dr. Maurício Guedes, Secretário de Obras, visitando um trecho rodoviário, quando, na oportunidade, constatamos um sério perigo existente na ponte que liga Ouro Fino a Jacutinga. De imediato, o nosso Dr. Bortoletti determinou providências necessárias quanto a uma vistoria técnica nessa ponte.

Na sexta-feira passada, encontrava-me em minha base, em Ouro Fino, quando recebi do Diretor do DER, por volta de 18 horas, comunicado telefônico em que, pessoalmente, comunicava, por parte do DER, que a referida ponte seria imediatamente interditada. Hoje, logo de manhã, estive no DER, e pudemos constatar a gravidade do estado em que se encontra a referida ponte, trazendo sério perigo a toda a região sul-mineira. Igualmente, tanto o Município de Jacutinga como o de Ouro Fino, por meio de seus ilustres Prefeitos, não têm medido esforços para viabilizar um acesso necessário, uma variante para não prejudicar o trânsito. De sua parte, o DER também, que se encontra na minha região, tem dado toda a assistência necessária para que esse importante tráfego não seja interrompido.

Fica aqui o meu registro de agradecimento ao nosso Diretor do DER, pela especial atenção que tem dado a este Deputado e ao Sul de Minas. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 26/5/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.587, 1.590, 1.594, 1.605, 1.616, 1.617, 1.629, 1.639, 1.642, 1.673, 1.689, 1.697, 1.703, 1.704, 1.711, 1.716, 1.723, 1.730, 1.731, 1.732, 1.733, 1.736, 1.737, 1.738, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelino de Carvalho

exonerando, a partir de 28/5/99, Ana Paula de Souza Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

nomeando Maria Aparecida Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Júnior

exonerando Daniela França do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

exonerando Domingos Sávio de Paula do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

exonerando José Maria Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 4 horas;

exonerando Juliana Santos Paiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

exonerando Oracina Ferreira Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 4 horas;

exonerando Ricardo Augusto Neves Couto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

exonerando Roberto Márcio de Ornellas Magalhães do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24 - 8 horas;

exonerando Rodrigo César Fonseca do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 4 horas;

nomeando Daniela França para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Domingos Sávio de Paula para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 4 horas;

nomeando José Maria Gomes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 4 horas;

nomeando Juliana Santos Paiva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Oracina Ferreira Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Ricardo Augusto Neves Couto para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 4 horas;

nomeando Roberto Márcio de Ornellas Magalhães para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão AL-25 - 8 horas;

nomeando Rodrigo César Fonseca para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Chico Rafael

exonerando Alessandra Capanema Azevedo de Faria do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 4 horas;

exonerando Luzia de Fátima Gonçalves Mendes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

exonerando Maria de Lourdes Ferreira Barcelos Vasconcellos do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31 - 4 horas;

exonerando Miriam Dalva Martins dos Santos Costa do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

exonerando Moyses Candini do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Alessandra Capanema Azevedo de Faria para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

nomeando Luzia de Fátima Gonçalves Mendes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

nomeando Maria de Lourdes Ferreira Barcelos Vasconcellos para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Miriam Dalva Martins dos Santos Costa para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão AL-24 - 8 horas;

nomeando Moyses Candini para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

nomeando Valdoni Alves Ferreira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Christiano Canêdo

exonerando Leandra Maria Monteiro Bastos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando, a partir de 1º/6/99, Maria de Fátima Chagas do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Eduardo Brandão

exonerando Rudolfo José Ribeiro Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Helio Luiz Secchi para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Fábio Avelar

exonerando, a partir de 1º/6/99, Ivete Clebes Lima Restani do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Ivo José

exonerando Isabel Cristina Neves Cantelmo do Cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

exonerando Raul Dias Barbosa de Castro do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

nomeando Ana Luíza Chalub Macêdo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

nomeando Isabel Cristina Neves Cantelmo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas.

Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro

exonerando, a partir de 31/5/99, Alexei Drumond Franklin de Miranda do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

Gabinete do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira

exonerando, a partir de 27/5/99, José Alemar Nery do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas.

Gabinete do Deputado José Alves Viana

exonerando, a partir de 1º/6/99, Anselmo José Tolentino do cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas;

nomeando Carlos Roberto de Araújo Ramos para o cargo de Motorista, padrão AL-10 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Fernando Faria

nomeando Igor Leonardo Guimarães Tavares para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Márcio Kangussu

nomeando Rosângela Araújo Kangussu para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Marco Régis

exonerando Edna Maciel Nunes Carvalho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 4 horas;

exonerando Gleice Moura Regis do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 4 horas;

exonerando Jorge Marques do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

exonerando José Roberto Del Valle Gaspar do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39 - 8 horas;

exonerando Josiane Aparecida Martins do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 4 horas;

exonerando Luciano Monteiro da Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 4 horas;

exonerando Luiz Carlos de Moraes Pinto do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 4 horas;

exonerando Paulo Cesar Bueno de Almeida do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Edna Maciel Nunes Carvalho para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 4 horas;

nomeando Gleice Moura Regis para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 4 horas;

nomeando José Roberto Del Valle Gaspar para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41 - 4 horas;

nomeando Josiane Aparecida Martins para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 4 horas;

nomeando Jorge Marques para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34 - 4 horas;

nomeando Luciano Monteiro da Silva para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25 - 4 horas;

nomeando Luiz Carlos de Moraes Pinto para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão AL-14 - 8 horas;

nomeando Paulo Cesar Bueno de Almeida para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão AL-36 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Pettersen

exonerando, a partir de 31/5/99, Fabrício Dias Gomes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 4 horas;

nomeando Rita Aparecida Onibene para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Navarro Vieira

exonerando Ana Maria Diniz Maia de Figueiredo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 4 horas;

nomeando Ana Maria Diniz Maia de Figueiredo para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Wanderley Ávila

exonerando Flávia Antunes de Carvalho do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando José Antônio Bitencourt Soares do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 8 horas;

exonerando Luis Carlos de Ávila do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19 - 8 horas;

exonerando Márcia Marília de Azevedo Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 8 horas;

exonerando Mariza de Oliveira Avila do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Flávia Antunes de Carvalho para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas;

nomeando José Antônio Bitencourt Soares para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

nomeando Luis Carlos de Ávila para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23 - 8 horas;

nomeando Márcia Marília de Azevedo Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13 - 8 horas;

nomeando Mariza de Oliveira Avila para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20 - 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Raul Dias Barbosa de Castro para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Ivo José, Presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 18/99 - Objeto: formulário contínuo e papel A-4. Licitante vencedora: Comércio e Indústria Multifformas Ltda.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC - Táxi Aéreo S.A. Objeto: serviços de hangaragem. Licitação: dispensa, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 60 dias.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC - Táxi Aéreo S.A. Objeto: contratação de serviços de transporte aéreo. Licitação: dispensa, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 60 dias.